

ESVAZIAMENTO POPULACIONAL NO NORTE PIONEIRO PARANAENSE: O CASO DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ/PR (1970-2010)

Julio Cesar Fernandes ALVES-LIMA¹

Coaracy Eleutério da LUZ²

RESUMO

Em meio às mudanças ocorridas em toda era pós-moderna, o quadro demográfico, em especial nos países periféricos, tais como o Brasil, em muito foi afetado. Assim, o presente artigo tem como objetivo abordar um destes efeitos: o processo de esvaziamento populacional, que vem a assolar tantos entes municipais brasileiros, dentre eles, o município de Abatiá (PR), foco dessa pesquisa, que visa discorrer sobre as causas e consequências deste fenômeno. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisões bibliográficas, a partir de artigos, livros, periódicos online, dissertações; obtenção de dados populacionais indiretos fornecidos por órgãos oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); utilização de dados populacionais elaborados a partir dos censos demográficos de 1950 a 2010, entre outras fontes. Ficando evidenciado num primeiro momento o impacto dos processos agrários sobre o recorte estudado e, num segundo a hipótese da perpetuação destes por meio de mecanismos agora alheios ao município.

Palavras-chave: Migração. Urbanização. Revolução Agrícola. Municipalismo. Território.

¹ Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

² Docente na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Cornélio Procopio.

**POPULATION EMPTYING IN THE NORTH PIONEIRO PARANAENSE:
THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF ABATIÁ/PR
(1970-2010)**

ABSTRACT

Amid the changes that took place throughout the postmodern era, the demographic picture, especially in peripheral countries such as Brazil, was greatly affected. Thus, the present article aims to address one of these effects: the process of population emptying, which comes to devastate so many Brazilian municipal entities, among them, the municipality of Abatiá (PR) focus of this research that aims to discuss the causes and consequences of this phenomenon. Therefore, the methodological procedures used were: bibliographic reviews, from articles, books, online journals, dissertations; obtaining indirect population data provided by official bodies, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Paraná Institute for Economic and Social Development (IPARDES); use of population data prepared from demographic censuses from 1950 to 2010, among other sources. Firstly, the impact of agrarian processes on the studied area is evidenced and, secondly, the hypothesis of their perpetuation through mechanisms that are now alien to the municipality.

Keywords: Migration. Urbanization. Agricultural Revolution. Municipalism. territory.

1 INTRODUÇÃO

A cada instante estamos a buscar por algo melhor, e, em meio a busca desse algo, no que toca ao presente recorte estudado, a cada dia que passa há menos pessoas aqui e mais pessoas em outro lugar.

Sendo que, excluindo aquelas migrações decorrentes de ordem política, religiosa ou psicológica, os deslocamentos vistos nas correntes migratórias consistem na consequência natural à satisfação das necessidades humanas (MUSSALAM, 1974).

É evidente que o vivente se apega ao local em que vive, todavia pode se adaptar tanto quanto a qualquer outro lugar em que vivesse por igual intervalo de tempo e que oferecesse os mesmos proventos, materiais ou não, do anterior a ele.

Ainda assim, as migrações consistem em um processo complexo, e por isso a justificativa desta pesquisa surge da necessidade de se compreender o fenômeno do esvaziamento populacional no período compreendido entre 1970 e 2010 que atinge o município de Abatiá no equivalente contexto dinâmico populacional do Norte Pioneiro Paranaense, que, por consequência, acaba transformando a localidade quanto às dinâmicas econômicas e sociais.

Em meio a essa tentativa de compreensão, levantam-se hipóteses relacionadas aos processos de transformação espacial no campo, a competição entre entes territoriais e a gestão espacial. Tendo em vista o objetivo central deste trabalho, que é conhecer as causas e efeitos do fenômeno de perda populacional no recorte estudado.

O município de Abatiá, no qual, poucos são os trabalhos acadêmicos que abordam seu território e, menor ainda é a quantidade de estudos que tratam somente dele. Sendo assim, tem-se uma justificativa para a escolha desse local, qual seja, a contribuição para incipiente bibliografia de abordagem local.

Nos próximos tópicos, ao tratar da dinâmica populacional brasileira diminuindo progressivamente o recorte até atingir o município, foco do trabalho, buscamos tentar estabelecer sempre um cenário do processo de esvaziamento populacional por meio dos dados populacionais regionais e locais. Afinal face a complexidade das migrações é indispensável que os trabalhos produzidos “não se reduzam aos limites do método, mas que, dotados de coerência teórico-metodológica, estejam abertos a captação do novo, o que significa adotar postura analítica e procedimental plural” (BOMTEMPO, 2021, p. 472). Tratando especificamente sobre o quesito

migração, Brumes e Silva (2011) expõe que: esse pode ser analisado partindo de vários aspectos, sendo as transformações ocorridas na metamorfose rural-urbana da população brasileira um destes aspectos e, também o ponto de partida adotado no estudo.

Quanto aos dados, estes foram obtidos de diversas fontes, desde os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos 1950 a 2010, passando por cadernos estatísticos de órgãos tais como Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e levantamentos da Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação (CGMA) além de dados do sistema de recuperação SIDRA e as bases cartográficas elaboradas pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG). Sem falar da busca por embasamento nas inúmeras bibliografias principalmente da Geografia, citando-se: Santos (2006), Damiani (2002; 2006), Moura (2004), dentre outros geógrafos e geógrafas, todavia, não renegando a igual importância das outras ciências.

No que toca a estrutura do artigo, o trabalho está dividido nos seguintes tópicos: *A dinâmica populacional brasileira*, cujo objetivo é fazer adentrou adendo do contexto no qual o território foco do nosso trabalho se insere; a seguir, *o caso Norte Pioneiro*, que trata do fenômeno do esvaziamento populacional na mesorregião onde se localiza o município foco; enfim, *O município de Abatiá e sua dinâmica populacional (1970-2010)*, visa apresentar a dinâmica municipal, para então se chegar a: *O esvaziamento populacional no município de Abatiá e suas consequências espaciais*, voltado ao fenômeno no município.

2 A DINÂMICA POPULACIONAL BRASILEIRA (1950-2010)

Seguindo a linha explicativa de Santos (2006), o período Técnico-Científico-Informacional, caracterizado pela requalificação do espaço sob a sombra do mercado, se inicia essencialmente com a nova configuração do mundo ocasionada pelo desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Neste contexto, durante o século XX, principalmente a partir da segunda metade, o Brasil vivenciou uma drástica transformação em seu processo de ocupação territorial (FARIAS et al., 2017).

Em conformidade ao que demonstra Moura (2004) ao tratar do estado do Paraná e seguindo os preceitos apresentados na obra de Brumes e Silva (2011), o aspecto industrial se mostrou indissociável do aspecto agrícola e, portanto, ambos, agricultura e industrialização, não se distinguem em seu grau de relevância, no que tange a dinâmica populacional brasileira a partir dos anos 1950, e seu intenso processo de urbanização.

Contudo, Guimarães (2016) adverte que o modelo no qual o agronegócio brasileiro se desenvolveu, no contexto da Revolução Verde, foi um modelo criado para suprir necessidades e não para criar oportunidades. A agricultura se mostrava essencial, o agricultor não. A produção baseada em vastas produções de *commodities* foi intensamente fomentada nesse período, com o intuito de gerar divisas cambiais, afinal era preciso uma moeda de troca para a obtenção do equipamento necessário ao projeto industrialização do país (GUIMARÃES, 2016).

Criaram-se por intermédio do Estado, rodovias, empresas, institutos de pesquisa, disponibilizaram-se grandes quantias voltadas ao crédito rural cujo objetivo era a criação de um ambiente propício a então modernização agrícola (GUIMARÃES, 2016).

De modo que, seguindo o exposto por Santos (2006) o que surgia era um novo sistema técnico que se sobrepunha ao antigo, porém, considerando a propagação desigual da técnica, tais inovações visavam a grande produção voltada à exportação.

O modelo de modernização conservador, ao direcionar sua política de crédito subsidiado para a mecanização, a utilização de insumos e os implementos industriais, fez com que o desenvolvimento da agricultura dependesse cada vez mais de investimentos de capital. Nesse sentido, o alto custo da utilização de insumos modernos inviabilizava os pequenos agricultores, uma vez que a eles foram impostas condições de produção semelhantes às dos grandes proprietários. (GUIMARÃES, 2016, p. 9).

Sendo que, no mesmo instante que isso ocorria no campo, na cidade já se via um aumento pela demanda de trabalhadores dados aos também vastos investimentos na indústria. A industrialização mesmo que de maneira heterogênea, privilegiando as regiões Sul e Sudeste, tomava força no país (NASCIMENTO, 2016). Levando consigo a acelerada urbanização, já que os salários no meio urbano eram superiores aos da agricultura, somados a alguns direitos trabalhistas conquistados pelos operários em relação aos trabalhadores rurais (DIEESE, 2014). O quadro demográfico estava delineado.

Para os não detentores da terra, se o rural passava a ofertar empregos temporários (GUIMARÃES, 2016), o urbano oferecia uma maior oportunidade de estabilidade. Combinado aos “avanços realizados no tocante à dotação de infraestrutura e ao acesso a serviços e oportunidades que, de certo modo, o meio urbano e a vida urbana puderam oferecer” (NASCIMENTO, 2016, p. 3). Nesse contexto, a população brasileira passou de predominantemente agrária à predominantemente urbana.

Conforme dados do IBGE (2010), em 1950 dos 51 milhões de habitantes, 36% habitavam as cidades, enquanto 64% viviam no meio rural. Duas décadas depois, no censo de 1970, como evidencia a Tabela 1, verificamos que a população urbana se manteve, ininterruptamente, superior à população rural no país.

Tabela 1 – Distribuição da população brasileira a partir da metade do século XX (%)

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	36,16%	45,08%	55,98%	67,70%	75,47%	81,23%	84,36%
Rural	63,84%	55,92%	44,02%	32,30%	24,53%	18,77%	15,64%

Fonte: Elaborado a partir do Censo Demográfico, IBGE (2012).

Todavia, considerando o número absoluto de 41.603.839 de habitantes presente na Tabela 2, o contingente rural não sofreu uma alteração drástica. Adotando o intervalo a partir de 1970, o que vemos é um decréscimo na casa dos 31,59%, um número expressivo a princípio, porém, não tão significativo quando comparado ao crescimento próximo a 305% manifestado em igual período no contingente urbano.

Essa virada demográfica configurou a vertente da migração rural-urbana, visto que de 1930 até 1970, este tipo migratório, envolvendo tanto longa distância, quanto curta distância, prevaleceu no país, sustentando como força de trabalho, a etapa da acumulação capitalista do processo de industrialização brasileira (BAENINGER, 2012). Segundo Matos (2012), o tipo migratório rural-urbano perdurou no país por um período de 50 anos a partir de 1930, quando a vida no campo se tornou sem perspectivas para seus habitantes por consequência da Grande Depressão de 1929, juntamente com o declínio da cafeicultura e, as transformações da base social e econômica do velho Brasil rural, desencadeadas pela nova elite governante após a Revolução de 1930. Assim,

[...] aumentar imensamente os efetivos de força de trabalho com base no operariado; centralizar fortemente o Estado sob as rédeas de Getúlio Vargas (sobretudo a partir de 1934); quebrar as tarifas aduaneiras existentes na circulação de mercadorias entre os estados da federação; expandir a rede rodoferroviária, notadamente em São Paulo; unificar o mercado interno; estabelecer o salário mínimo nacional e modernizar o capitalismo. (MATOS, 2012, p. 13).

Tabela 2 – Crescimento e distribuição da população brasileira a partir da metade do século XX (mi)

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007

Fonte: Elaborado a partir do Censo Demográfico, IBGE (2012).

Tanto no rural, quanto no urbano, a alteração se mostra constante, entretanto, a intensidade dessa alteração populacional, como visível na Figura 1, é explicitamente diferente, seja em intensidade, ou no direcionamento do fluxo. Enquanto a população rural enfrenta uma lenta diminuição, o contingente citadino mais que triplicou nos últimos cinquenta anos.

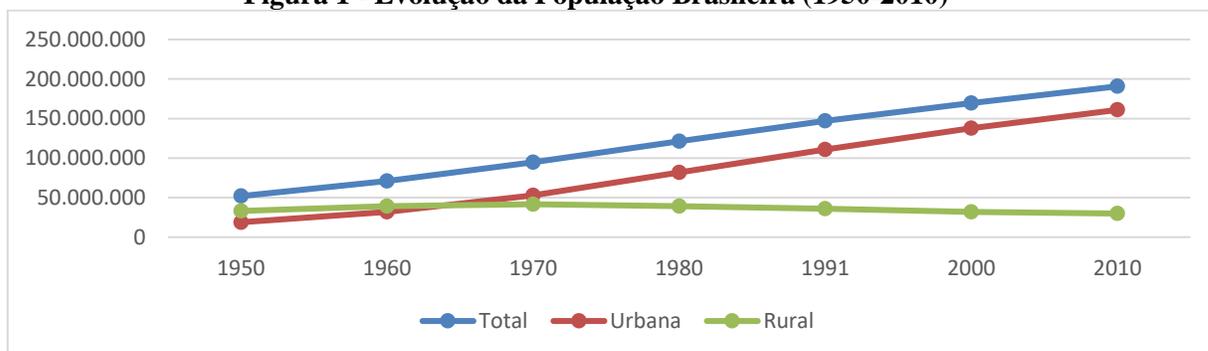
Sendo tal processo em grande parte decorrente das migrações urbanas-rurais, porém, também de um produto indireto deste deslocamento, os filhos tidos pelos migrantes depois de se estabelecerem, configurou um importantíssimo incremento para o contingente urbano no caso brasileiro (BRITO, 2006).

Este processo corresponde ao tipo migratório das migrações internas, segundo Baeninger (2012), apresentando elevadas perdas migratórias para a Região Nordeste, em oposição aos ganhos da Região Sul. De acordo com a mesma autora devido a sucessiva demanda de mão-de-obra urbana e rural nas regiões Sudeste e Sul, algumas das correntes migratórias internas que se mostravam brandas em períodos anteriores, se intensificaram por causa da rápida urbanização de praticamente todos os estados brasileiros no período posterior à 1930, marcado nitidamente pela mobilidade urbano-rural. Baeninger (2012) também enfatiza sobre a relevância crescente ao longo das décadas das migrações urbanas-urbanas inter-regionais e intrarregionais, que a partir dos anos 80 e 90 se destacam para o entendimento da dinâmica demográfica brasileira.

Desde o início da segunda metade do século XX, o total do número de habitantes no Brasil aumentou com uma taxa constante sempre próxima a casa dos 20 milhões por década. E, ano após ano, esse incremento numérico se mostra essencialmente absorvido pelas cidades, entretanto, essa é uma tendência compreensível dado ao exposto e, considerando também a capacidade de atração

das zonas de fluidez (SANTOS, 2006) presente em diversas cidades, principalmente nas classificadas como fortemente dinâmicas (COSTA; ROCHA, 2014).

Figura 1 - Evolução da População Brasileira (1950-2010)



Fonte: Elaborado a partir do Censo Demográfico, IBGE (2012).

Seguindo ainda as ideias de Rolnik (1995), avançamos em um linear semelhante, quando a autora diz que “o ar da cidade liberta”, referindo-se à história das cidades europeias e a atração populacional exercida por estas no século XVI, entretanto, considerando tal processo ainda ativo e contemporâneo.

O trabalho no campo, assim como na cidade, em suma é voltado à reprodução do capital. O labor braçal no pré-revolução verde e a operação das máquinas após ela, ou ainda a agricultura familiar que até então não foi mecanizada e por essa razão ainda demanda pessoal, de modo que, é esta demanda que assegura a permanência de grande parte do contingente populacional rural.

Todavia, conforme Brumer (2007) e Brumer e Anjos (2008) a agricultura familiar por vezes se depara com a problemática da continuidade, seja no Brasil, seja em inúmeros outros países, tais como França e Canadá, citados pelas autoras. Onde, incontáveis situações estimulam os filhos a abandonarem o modo de vida rural de seus pais, sendo cabível citar: o desinteresse dos próprios jovens, o desejo dos pais, a relutância do patriarca em dar autonomia para os demais, a incapacidade de a propriedade remunerar a todos os filhos, a insegurança ofertada por diversos aspectos da produção (BRUMER; ANJOS, 2008).

Do início da segunda metade do século XX até o período atual, os atores das migrações campestres se alteraram, já não é tão marcante a presença de trabalhadores que se veem forçados a abandonarem o campo e junto de toda sua família acabarem segregados em uma cidade qualquer, tal como explica Damiani (2002). Com base no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural do

Governo Federal (BRASIL, 2013), é explícito que no período atual, o típico migrante que deixa o campo trata-se do jovem que se distancia do seu núcleo familiar em busca de oportunidades.

De uma maneira distinta, as migrações se reproduzem no território brasileiro e essa é uma tendência que segue assegurada. Tendo como base estimativas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2014), a diminuição do contingente rural será constante até meados de 2050. Contudo, não é objetivo deste trabalho se aprofundar nesta tendência, mas sim evidenciar o fenômeno do esvaziamento populacional, fruto desse contexto que se expressa na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense já a partir da década de 1970.

3 O CASO NORTE PIONEIRO PARANAENSE (1970-2010)

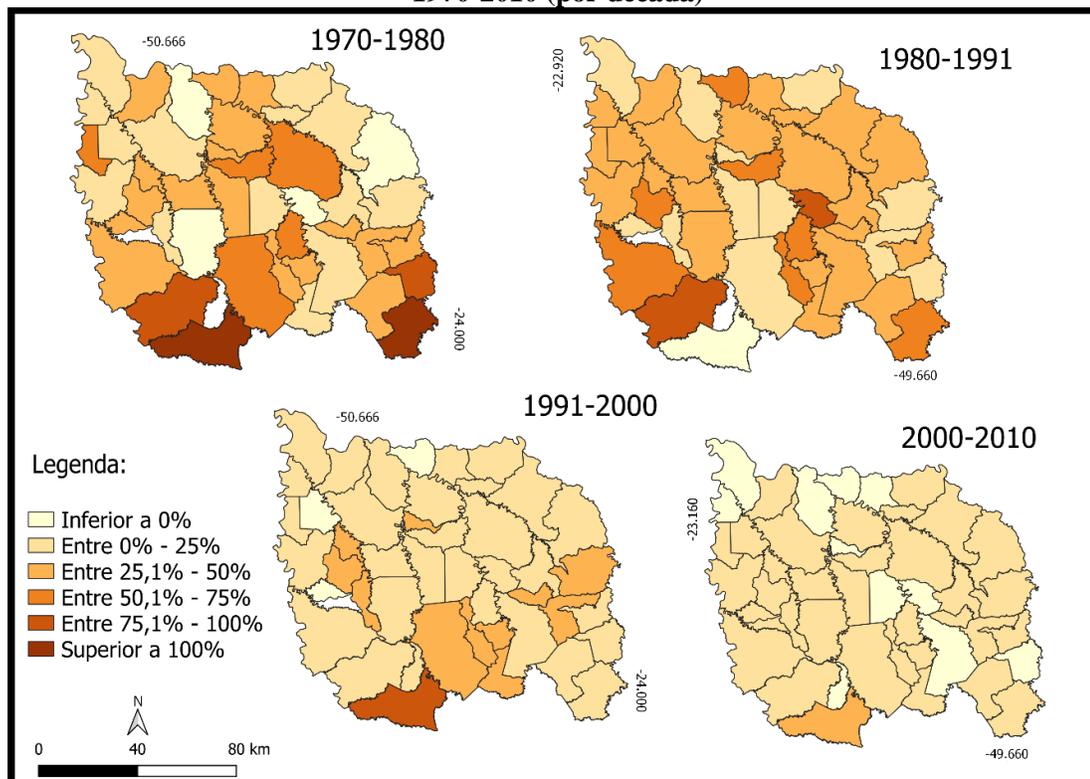
Como no item anterior, o marco da mudança da dinâmica populacional brasileira do século XX não se encontra na quase que extinção da população rural, pois no âmbito nacional, tal extinção não houve. E, portanto, o marco se encontra no crescimento exorbitante da população urbana, que, mais que triplicou durante os últimos cinco censos realizados pelo IBGE, tendo neste processo a virada demográfica.

Todavia, analisando os dados da mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense não consta qualquer tipo de crescimento populacional urbano excessivo. Adotando os preceitos de Santos (2006), o que se manifesta na relação da dinâmica populacional do Norte Pioneiro Paranaense com a dinâmica demográfica brasileira, é uma sincronia do processo histórico de emigrações decorrentes da modernização da técnica, mas de maneira perversa.

Afinal, o desenvolvimento urbano local se deu de modo descompassado ao fenômeno das emigrações rurais. É cabível citar que a partir do início do processo de expansão urbana e industrial “as regiões favorecidas não cessaram de acumular vantagens” (MOURA, 2004, p. 10) em detrimento de outras que por incapacidade cediam o finito recurso que consistia em seus contingentes populacionais.

E, tal problemática com o passar das décadas não fora solucionada, pelo contrário, como evidenciado na Figura 2, o crescimento populacional absoluto das áreas urbanas do Norte Pioneiro Paranaense apresenta um ritmo ainda menor do que nas décadas passadas.

Figura 2 - Taxa de crescimento populacional urbano no Norte Pioneiro Paranaense no período de 1970-2010 (por década)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos censos demográficos, IBGE (2012).

Entretanto, não podemos dizer o mesmo do contingente populacional rural desses municípios, de modo que, conforme dados dos censos demográficos do IBGE (2012), absolutamente todos os municípios da mesorregião tiveram uma constante taxa de perda da população rural no intervalo entre 1970-2000 e com exceção de quatro municípios: Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Jundiá do Sul e Siqueira Campos, o mesmo se repete entre 2000-2010 (Figura 5).

O campo perde e a cidade recebe, porém não a cidade que se encontra no município, ou sequer as cidades que se encontram na mesorregião. Eis o esvaziamento populacional. Contudo, para Bomtempo (2021), não se trata necessariamente de um ponto fixo de atração e repulsão, mas de uma interação do migrante com a rede que entrelaça seu território com os demais. Uma rede pela qual circula o capital e que induz o migrante em direção ao mesmo capital em busca de sobrevivência, de modo que, tal processo não se dá de maneira perpétua, exigindo do território constantes adequações para que não deixe de ser um destino (BOMTEMPO, 2021).

Neste linear é importante citar que o Norte Pioneiro já fora um destes destinos. Segundo Mussalam (1974), em 1920 o contingente populacional do Norte Pioneiro³ era inferior a 100 mil habitantes, trinta anos depois o contingente era superior a 300 mil, e vinte anos após, tal como amostrado na Tabela 3, a região ultrapassava os 700 mil habitantes. Entretanto, a partir do período de 1970, o Norte Pioneiro Paranaense jamais alcançou crescimento semelhante ao que se via, ou sequer qualquer crescimento populacional.

Tabela 3 – Dinâmica populacional do Norte Pioneiro Paranaense

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
População total	705.953	571.713	555.339	548.190	546.224
Urbana	209.378	271.050	357.019	411.731	436.958
Rural	496.575	300.663	198.320	136.459	109.266

Fonte: Organizado a partir dos Censos Demográficos, IBGE (2012).

Contudo, é preciso salientar que não se trata de um fenômeno isolado, diversas outras regiões e municípios brasileiros se encontram em semelhante situação de estagnamento do crescimento no contexto do esvaziamento populacional. Sendo cabível citar como exemplo na região Sul, estudos sobre o fenômeno que tratam da mesorregião geográfica Centro Ocidental Paranaense (GOUVEIA; COSTA, 2013), da microrregião geográfica de Frederico Westphalen-RS (KRIESE, 2018), ou ainda do caso da mesorregião geográfica Oeste Catarinense (JUAREZ; ZUANAZZI; RAMMÉ, 2012).

Assim pode-se inferir que a distribuição populacional no país envolve de um lado municípios cada vez mais povoados e/ou mais densos, e de outro, municípios com contingentes cada vez menores em processo de esvaziamento populacional, como demonstrou-se neste item o caso do Norte Pioneiro Paranaense, e nesse contexto regional, destaca-se o município de Abatiá, cuja dinâmica populacional será explicitada a seguir.

³ Se faz necessário esclarecer que a delimitação do Norte Pioneiro tida em Mussalam (1974) diverge em parte da delimitação oficial realizada pelo IBGE, visto que essa delimitação oficial só se concretiza a partir do ano de 1990.

4 O MUNICÍPIO DE ABATIÁ E SUA DINÂMICA POPULACIONAL (1970-2010)

Abatiá consiste em um município polarizado por uma pequena cidade e está localizado na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense. Representada na Figura 3. O município possui 227.898 km². Com uma economia essencialmente agrária, 41,27% do Produto Interno Bruto municipal (IPARDES, 2021), o principal empregador consiste na agricultura familiar, ao todo são 1.670 pessoas ocupadas nessa atividade de acordo com a Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação (BRASIL, 2015). E o restante do PIB, composto pelo setor de comércio e serviços (28,70%); administração pública (21,49%); impostos (4,28%), e com menor participação o setor industrial (4,24%).

Figura 3 - Localização do município de Abatiá na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense



Fonte: Bases cartográficas ITCG (2015) e IBGE (1990).

Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2021) no que tange ao município, estamos tratando de um contingente populacional composto por 7.764 habitantes no ano 2010 e, atualmente, 7.360 habitantes, conforme as estimativas populacionais (IBGE, 2021), o que por sua vez gera uma densidade de 32,50 habitantes por km², pouco expressiva.

Todavia, é importante abordar mais uma vez que Abatiá não diverge do rol majoritário dos municípios brasileiros, ele é parte dele. Ou seja, dos 5.570 municípios brasileiros, cerca de 3.800 detém contingentes inferiores a 20 mil habitantes, segundo o IBGE (2021), tal como o município de Abatiá.

Uma das causas desse fenômeno demográfico em escala nacional pode ser explicada por Damiani (2006) ao afirmar que a autonomia ofertada aos estados e municípios a partir da constituição de 1988 estabeleceu novos paradigmas de governança. Assim, os entes municipais, quanto a sua gestão, passaram a depender muito mais das estratégias advindas deles mesmos.

E, seguindo o linear da obra de Melo (1996), o processo de autonomia seguramente pode tornar-se problemático, afinal, nem todos os municípios terão no seu comando gestores devidamente capacitados para tal função.

Desse modo, um hiato surge, uma desigualdade quanto à qualidade da gestão do espaço. Tomando o caso abatiaense como exemplo, os municípios muitas vezes se veem incapazes de contribuir para a efetiva criação de postos de trabalho ou ainda promover um desenvolvimento econômico em seu território. Conforme Camargo e Hermany (2020), a gestão governamental cooperativa foi ofuscada por uma gestão competitiva dada a escassez de recursos. Cidades sob uma gestão capacitada acabarão tendo maiores chances de obterem recursos, sendo a população também um recurso, tal como os outros, finito.

Destarte, “as diferenças espaciais no capitalismo são ativamente produzidas ao invés de passivamente recebidas como uma concessão natural, como se quer fazer crer” (COSTA; ROCHA, 2014, p. 6). Ou seja, o desenvolvimento desigual se apresenta como algo mais próximo de um objetivo estrutural, do que de um desconexo efeito colateral do elevado desenvolvimento de algumas localidades.

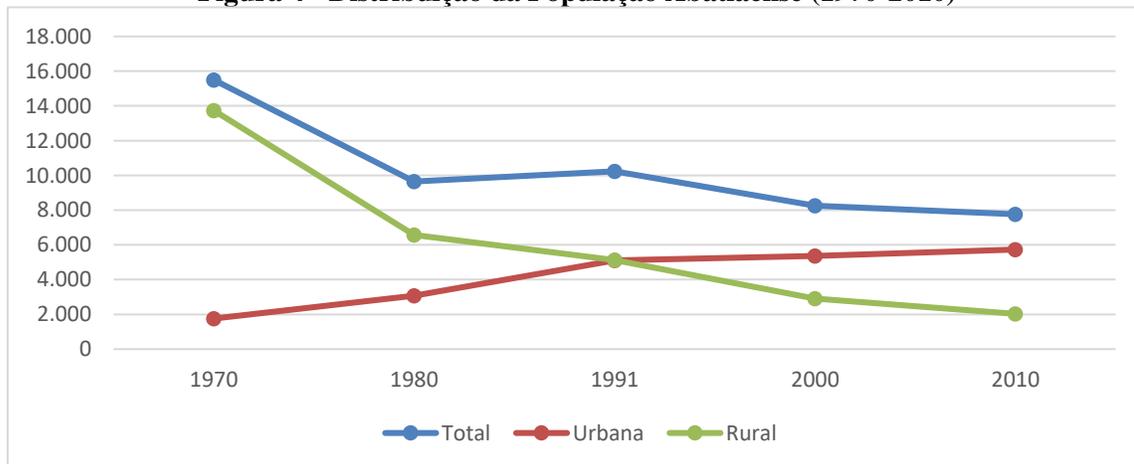
Conforme o apresentado por Damiani (2006) e Costa e Rocha (2014), fica implícito que: o capital não se fixa no espaço, ele se desloca sempre para o local que possa oferecer uma maior fluidez. E, nessa ótica, os trabalhadores se deslocam para onde está o trabalho, constantemente forçados a aceitar a “ádua sobrevivência” (BRUMES; SILVA, 2011).

No recorte empírico estudado, durante os anos 1950, o rural ainda era o destino das migrações e, Abatiá, assim como todo o Norte Pioneiro Paranaense, por conta da fertilidade de suas terras, em muito se beneficiavam desse contexto.

Todavia, como apresentado anteriormente, a dinâmica econômica brasileira se alterou a partir da segunda metade do século XX. A Revolução Verde na década de 1970 contribuiu, extinguindo gradualmente os postos de trabalhos rurais, isso em muito afetou Abatiá, afinal o município, em especial nas últimas décadas, não foi capaz de criar no seu perímetro urbano soluções para o desemprego gerado no setor primário. O índice de crescimento do número dos empregos formais no município por diversas vezes esteve abaixo dos índices de crescimento do Paraná. Por exemplo, no intervalo entre 2006 e 2011, Abatiá registrou um crescimento de 12,53% (IPARDES, 2009-2012) quanto ao número de empregos formais, sendo este, muito inferior à média do estado de 29,71% no mesmo intervalo (DIEESE, 2015).

Como é visível na Figura 4, no que tange ao município, o decréscimo populacional rural é numericamente sempre mais elevado que o crescimento da população urbana. Contudo, Abatiá vem registrando um crescimento populacional urbano ainda menor depois de 1991, ano em que a população urbana superou a rural, enquanto em meados dos anos 1970 as taxas de crescimento eram sempre superiores a 50%, após os anos 1990 estas não atingiram 5%.

Figura 4 - Distribuição da População Abatiaense (1970-2010)



Fonte: Organizado a partir dos Censos Demográficos, IBGE (2012).

E, não se trata de uma tendência isolada, somente no município de Abatiá, conforme já demonstrado anteriormente (Figura 2), 74% dos municípios localizados no Norte Pioneiro Paranaense apresentam um menor incremento populacional urbano nas décadas seguintes a 1991.

Abatiá, como apresentado na Figura 4, chega a ter um diferencial entre decréscimo rural e crescimento urbano superior a 900% quando no intervalo entre 1991 e 2000, onde 2.226 pessoas

deixaram a zona rural do município, entretanto, meramente 247 novos habitantes passaram a viver na zona citadina, o que representa para o município a perda de quase 2.000 moradores numa única década. Considerando a população de 10.238 em 1991, é quase a perda de um quinto da população nesse único intervalo.

Sendo que, a expressiva queda da população rural a partir de 1970 na Figura 4, se deve a mesma evolução da técnica que foi o estopim da atratividade das cidades, conforme estudos apresentados em IparDES (2017), os principais incrementos populacionais se deram em locais que já possuíam grandes contingentes populacionais.

A presença de pessoas pode aqui ser descrita como um impulsionador para a vinda de novas pessoas, dado que as grandes cidades detêm parcelas muito maiores do mercado de emprego estadual em relação à parcela da população estadual que vive nessas mesmas cidades (IPARDES, 2017), de modo que a oferta de empregos formais nesses locais é capaz de empregar números que habitualmente chegam a quase 50% da população dessas cidades.

De acordo com IPARDES (2017), no contexto paranaense, sete das maiores cidades concentraram quase 52% de todos os empregos formais do estado no ano de 2013. Restando aos outros 392 municípios, menos de 49% dos empregos formais. Exemplificando o caso estudado, nesta mesma década no ano de 2010, Abatiá mal fornecia 1/5 da oferta de empregos formais em relação a sua população, ou seja, menos de 10% da população abatiaense poderia ter um emprego formal no município (IPARDES, 2012).

Nesse sentido e, dado ao apresentado, o municipalismo se levanta como um grande fomentador do acúmulo de capital nos grandes centros, o que por sua vez propicia alguns benefícios para os trabalhadores, tal como uma maior formalidade, o que pode surgir como uma hipótese para as grandes cidades serem historicamente um destino habitual das migrações.

5 O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABATIÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS ESPACIAIS

Seguindo a discussão, devemos enfatizar que a perda populacional em meio a dinâmica do município não é só composta por forças externas a ele, o baixo desenvolvimento da região em muito se deve ao contentamento da própria para com sua situação. Não há um planejamento

municipal para extinguir esse quadro de esvaziamento e, também, não há qualquer cobrança da população para que isso ocorra.

Ao buscar conversar com os habitantes do município sobre a dinâmica populacional do mesmo, é imperceptível para alguns membros da população abatiaense a existência do fenômeno de esvaziamento populacional, dado que a cidade está a aumentar. Sobre este aumento, mesmo que tímido, ainda há um crescimento do contingente populacional residente no perímetro urbano do município. Estando a taxa de crescimento geométrico em negativos 3,50% no meio rural e, em positivos 0,68% na cidade de Abatiá, no intervalo entre 2000 e 2010, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Taxa de crescimento geométrico populacional em Abatiá segundo tipo de domicílio (1991 a 2010)

	1991 - 2000	2000 - 2010
Rural	-6,18%	-3,50%
Urbana	0,53%	0,68%

Fonte: Elaborado a partir do Caderno Municipal IPARDES (2009, 2021).

Divergindo pouco da taxa obtida no intervalo anterior, entre 1991 e 2000, que atingiu -6,18% e +0,53%, nos perímetros rural e urbano, respectivamente. Sendo que é a partir desse pequeno crescimento urbano que se origina a crença de progresso, manifestada por parte da população abatiaense, que na verdade se esvai a partir do rural, que por sua vez, é responsável pela maior parte da economia do município, como amostrado no tópico 4.

Adiante, se faz mister expor que a sustentação desse pequeno crescimento urbano do município só se faz possível graças às migrações pendulares realizadas conforme o censo (IBGE, 2012) por cerca de ¼ das 3.936 pessoas com alguma ocupação. Como exemplo destes deslocamentos diários, atualmente, diversos trabalhadores estão empregados em fábricas de cidades vizinhas, tais como: a fabricante de peças automotivas, Yazaky do Brasil no município de Santo Antônio da Platina e, também nas unidades do Grupo Frigorífico Pioneiro, localizadas em Joaquim Távora.

De modo que, para Moura, Branco e Firkowski (2005, p. 4) a “natureza dos deslocamentos pendulares difere substancialmente da compreendida pelos movimentos migratórios”, no qual o caráter migratório passa a advir da constância do deslocamento e não da fixação no ponto para qual o migrante está a se direcionar.

Divergem das migrações temporárias na medida que passam a ser migrações cotidianas ou bicotidianas de ocorrência constante, sendo que, quando “relativas ao trabalho seriam chamadas ‘pendulares’” (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 3).

Todavia, mesmo tendo seu grau de relevância, as migrações pendulares pouco amenizam o esvaziamento populacional do recorte espacial estudado, assim, esse esvaziamento interfere de forma desfavorável para a evolução municipal. Dados do PIB demonstram que entre 2004 e 2012 este indicador econômico apresentou um crescimento pouco superior a metade do crescimento manifestado em escala nacional, 145% em relação aos 85% obtidos por Abatiá, sendo os menores avanços do município registrados nos setores terciário e de impostos (IBGE, 2012) em detrimentos dos demais que seguiram a tendência de crescimento nacional.

O que interfere na estagnação da população economicamente ativa, na carência de consumidores para o setor terciário da cidade que apresenta dificuldades para se desenvolver, o que por sua vez leva os moradores de Abatiá a consumirem em outras cidades, tais como Santo Antônio da Platina e Bandeirantes (IBGE, 2020).

Acerca da população economicamente ativa de Abatiá, ela apresenta constante queda no que se refere à parcela jovem da população como apresentado na Tabela 5. O termo população economicamente ativa (PEA) consiste na junção do pessoal ocupado mais o pessoal apto a estar ocupado e que tem a intenção de estar, sendo a população não economicamente ativa (PNEA) referente ao pessoal não ocupado e que no momento também não possui a intenção de estar (DIEESE, 2010).

Tabela 5 – PEA e PNEA do município de Abatiá (PR) entre 1991 e 2010

Grupos de idade	10 a 29		30 a 59		60 ou mais		
	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA	
Anos	1991	2.141	2.131	1.845	1.156	217	402
	2000	1.687	1.259	2.102	764	173	684
	2010	1.509	1.057	2.368	745	265	827

Fonte: Elaborado a partir dos Censos Demográficos, IBGE (2012).

Ao analisar a Tabela 5, a situação se apresenta com o aumento da população idosa e a saída da parcela dinâmica da população, que para Lisboa (2008) trata-se principalmente dos jovens, atribuindo a isto as reivindicações de melhores oportunidades por parte desses jovens, que se

choca com a impossibilidade, fruto das escassas escolhas que uma cidade pequena tal como Abatiá pode ofertar, além da escolha de partir.

É fator de destaque a relação PEA e PNEA, na qual a PNEA jovem e adulta tem demonstrado diminuição em relação a população ocupada, entretanto, referente a parcela idosa da população de Abatiá, ocorreu o inverso, podendo atribuir a este fato o aumento da expectativa de vida.

Ainda sobre a Tabela 5, é necessário esclarecer que o aumento da população economicamente ativa na faixa etária adulta não se deve a um aumento da população, porém, ao movimento entre uma faixa etária e outra, somando-se a isso também o aumento da participação feminina no mercado de trabalho (IBGE, 2012).

Adiante, levanta-se a hipótese de que numericamente a população no município é reposta pelas crianças que estão adentrando na faixa etária dos jovens, ou seja, a perda populacional será ainda maior se os índices de natalidade diminuïrem, que mesmo com a constante perda populacional tem se mostrado estável.

Considerando a importância da natalidade apresentada por Damiani (2002), no território abatiaense como apresentado na Tabela 6, o número de nascimentos registrados neste século é anualmente sempre superior a 1% da população total do município.

Tabela 6 – Total anual de nascidos vivos em Abatiá de 2001 a 2011

Ano	Nascidos vivos
2001	128
2002	114
2003	86
2004	162
2005	130
2006	85
2007	107
2008	90
2009	86
2010	81
2011	104

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de registro civil, IBGE (2019).

O que por sua vez deveria acarretar num crescimento populacional próximo a 15% por década, contudo tal número é constantemente mais que absorvido pelo esvaziamento populacional.

Levanta-se também a questão do desenvolvimento social, de modo que, o IDHM de Abatiá tem sido impactado negativamente pelo fenômeno do esvaziamento populacional como visível na Tabela 7.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Abatiá (2000-2010)

Ano	2000	2010
IDHM - Geral	0,710	0,687
IDHM - Longevidade	0,744	0,804
IDHM - Educação	0,779	0,596
IDHM - Renda	0,710	0,676

Fonte: Elaborado a partir do Caderno Municipal, IPARDES (2009 - 2021).

Se no ano 2000, Abatiá ocupava a posição número 306, uma década após passou ao número 2.251 da classificação nacional do IDHM (IPARDES, 2021). Considerando que a principal queda se deu no quesito educação, levanta-se a hipótese de que a saída da população mais capacitada em busca de melhores empregos foi o principal fator dessa queda.

Associado também ao baixo índice de educação, conforme IPARDES (2007), o município registrava índices alarmantes de trabalho infantil, chegando a 30% na faixa etária entre 10 e 13 anos.

Apresentando-se também a necessidade de se deslocar dezenas de quilômetros para cursar um curso de ensino superior, ou ainda, o dispêndio de se deslocar centenas de quilômetros, caso almeje aprofundar sua formação acadêmica. As cidades de Bandeirantes, Cornélio Procópio e Ourinhos surgem como os principais destinos dessas migrações diárias, recebendo respectivamente 31,66%, 25% e 18,33% dos universitários de Abatiá que escolhem permanecer no município ao menos durante sua formação acadêmica (IBGE, 2020).

Considerando ainda que, podem ser econômicos, políticos, sociais e/ou ideológicos os fatores que de acordo com Brumes e Silva (2011) fomentam as migrações. Assim, neste recorte estudado, é possível também levantar a questão das parcelas que optam por deixar o município por não se identificar com ele, ou pelo desejo de pertencerem a outro local, entretanto, conforme pretendeu-se demonstrar é a dinâmica econômica municipal atrelada ao contexto regional que impulsionou os deslocamentos populacionais para outros locais, estando aqui o oposto das migrações naturais presentes em Damiani (2002).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Abatiá está a encolher demograficamente, sendo que, o pequeno crescimento urbano manifestado na cidade não é suficiente para amenizar o fenômeno do esvaziamento populacional. Todavia, tal fato não aparenta ser de suma importância, nem mesmo dentro do próprio território do município. Na escala estadual e nacional a situação é semelhante, não aparenta haver uma dedicação em sanar a problemática do esvaziamento populacional desses municípios.

De modo que, a excessiva concentração populacional coexiste com a excessiva rarefação populacional. Uma desigualdade quanto a distribuição populacional no espaço, que acarreta numa grande valorização seguida de disputa de certos espaços, em detrimento de outros que nada a mais podem fornecer e, logo, veem seus moradores a debandar.

É preciso criar órgãos, destinar recursos e estabelecer medidas com o intuito de direcionar os fluxos migratórios. Todavia, a solução da problemática não advém de algo tão simples quanto uma melhor gestão, é preciso que haja meios de ser possível promover o desenvolvimento das pequenas cidades.

Sendo, como fundamentado ao longo do trabalho, possível evidenciar que os municípios brasileiros, dada a estrutura que dispõem, não se configuram municípios, porém sim minúsculas “nações” com propósitos próprios a ignorar tanto as necessidades umas das outras como também as necessidades da real nação da qual fazem parte.

A gestão do território está estabelecida de maneira predatória, e é essencial que criemos mecanismos que possam mitigar este processo. Uma maneira que possa fazer os entes cooperarem entre si, ao invés de disputarem incessantemente os recursos disponíveis. O estado como um moderador do crescimento das cidades e, mais que incentivador, um gestor de pequenas iniciativas.

Não é objetivo deste trabalho esgotar o assunto estudado, mas evidenciar a problemática que assola a tantos entes, que como o município de Abatiá se encontram estagnados. Seja pelo já explicitado, ou seja, também por motivos decorrentes de uma relação dependente da esfera rural como também se soma ao caso de Abatiá.

Ademais, é indispensável um maior enfoque sobre o desenvolvimento geográfico desigual, visto que, como amostrado, a dinâmica demográfica brasileira continua se encaminhando para uma concentração ainda maior.

6 REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 96p.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados: São Paulo**, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

BOMTEMPO, D. C. Teorias da Geografia da População. *In*: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (org.). **Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 433-482.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Brasília: MDA, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação. **Caderno Territorial Norte Pioneiro: perfil territorial**. Brasília: MDA, 2015.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais no pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**: Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA: Presidente Prudente**; v. 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008.

BRUMES, K. R; SILVA, M. A migração sob diversos contextos. **Boletim Geografia: Maringá**, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

CAMARGO, D. A; HERMANY, R. Os desafios do federalismo municipalista frente à crise migratória venezuelana: a cooperação interfederativa em políticas públicas de acolhimento. **Revista Jurídica Cesumar**: Maringá, v. 20, n. 1. p. 57-74, jan./abr. 2020. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_ser_vicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Jur-CESUMAR_v.20_n.1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. **Mercator**: Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 91-104, 2014.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 110p.

_____. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. *In*: LEMOS, A; ARROYO, M; SILVEIRA, M. L. (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO/Universidade de São Paulo, 2008. p. 135-147.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/AnuSistPub2010/conteudo/1/livro/glossario.html>. Acesso em: 9 dez. 2021.

_____. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estudos e Pesquisas: O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. 74. ed. São Paulo: DIEESE, 2014.

_____. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Observatório do trabalho de Curitiba relatório analítico da RAIS - 2014**. São Paulo: DIEESE, 2015.

FARIAS, A. R.; MINGOTI, R.; VALLE, L. B. do; SPADOTTO, C. A.; LOVISI FILHO, E. **Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil**. Campinas, Embrapa, 2017. 5p.

GOUVEIA, J. T.; COSTA, F. R. Esvaziamento de população jovem no município de Corumbataí do Sul-PR. *In*: **Encontro de Produção científica e Tecnológica**, 8., 2013. Campo Mourão. Anais [...]. Campo Mourão: UNESPAR. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/trabalhos-01.html. Acesso em: 17 set. 2021.

GUIMARÃES, L. S. P. Evolução do Espaço Rural Brasileiro. *In*: IBGE. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 119-138.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **Censos demográficos 1970 a 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 196p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 31 out. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2021>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Municipal de Abatiá**. Curitiba: IPARDES, 2009.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Municipal de Abatiá**. Curitiba: IPARDES, 2012.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Municipal de Abatiá**. Curitiba: IPARDES, 2021. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86460&btOk=ok>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007.

JUAREZ, B. R.; ZUANAZZI, J.; RAMMÉ, J. Análise da Mobilidade e da Variação Municipal no Desenvolvimento Regional da Mesorregião Oeste Catarinense-Brasil. **Gestão e desenvolvimento**: Novo Hamburgo, v. 9, n. 1, p. 47-59, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5142/514252221003.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

KRIESE, M. S. **Juventude e Esvaziamento Rural**: estudo de caso da microrregião de Frederico Westphalen/RS (décadas de 1990 a 2010). 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/2886>. Acesso em: 6 set. 2021.

LISBOA, S. S. **Da Imigração a Não Imigração**: o exemplo das pequenas cidades da zona da mata mineira. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias**: Belo Horizonte, n. 8, p. 7-23, 2012.

MELO, M. A. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização. **São Paulo em perspectiva**: São Paulo, v. 10, n. 3, p. 11-20, 1996.

MOURA, R. PARANÁ: Meio Século de Urbanização. **RAÍÇA**: Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**: São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121–133, 2005.

MUSSALAM, R. **Norte Pioneiro do Paraná Formação e Crescimento Através dos Censos**. 1974. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1974.

NASCIMENTO, E. Urbanização, Globalização e Exclusão Social: reflexões a partir do caso Brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**: Heredia, v. 2, n. 57, p. 43-67, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451748499003.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

ROLNIK, R. **O Que é Cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 84p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

Data de recebimento: 23 de agosto de 2022.

Data de aceite: 16 de fevereiro de 2023.